

**VOLTAR A CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO:
PENSAR A RECONFIGURAÇÃO CULTURAL
DUM RECINTO PRÉ-HISTÓRICO DO ALTO
DOURO PORTUGUÊS**

***RETURN TO CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO:
RETHINKING THE CULTURAL RECONFIGURATION OF
A WALL ENCLOSURE OF THE PORTUGUESE
UPPER DOURO***

Susana Soares Lopes

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
susanasoaresrodrigueslopes@gmail.com

RESUMO

A revisitação de Castelo Velho de Freixo de Numão permite admitir a hipótese de que o recinto foi palco, entre o 3.^o e o 2.^o milénio AC, de acções que configuram duas formas de representação do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Recinto; Periodização; 3.^o/2.^o milénio AC

ABSTRACT

The revisiting of Castelo Velho de Freixo de Numão allows to admit the following hypothesis: between the 3rd and the 2nd Millennium BC the wall enclosure acted as a setting reconfiguring two different worldview.

KEY WORDS: Wall Enclosure; Periodization; 3rd/2nd millennium

0. INTRODUÇÃO

Quando em 1994 afirmei que o lugar pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão não era um “povoado fortificado” (Jorge, 1994), iniciei uma viagem que se ancorava em dois pilares e transportava uma inquietação. Os pilares: - julgava saber o que o lugar não era; - só me era possível identificar

o que o lugar havia sido a uma escala ampla: um lugar monumentalizado, polarizador de negociações sociais. A preocupação (que se foi ampliando com o tempo) era a de construir sentidos que visibilizassem, a uma escala média de análise, as ambivalências identitárias do lugar. Tal preocupação articulava-se com uma ética de dar inteligibilidade ao passado, sem reduzir ou deformar a percepção de distância que nos separa dele. Sobre o longo processo desta viagem interpretativa, entre 1993 e 2007, foi escrito um texto particularmente lúcido (Alves-Ferreira, neste volume).

Hoje, entre 2017 e 2018, parece-me indispensável prosseguir a viagem iniciada em 1989 – ano da primeira intervenção de campo em Castelo Velho – por forma a densificar e redefinir a rede de sentidos que lhe confere identidade histórica.

Voltar à periodização de Castelo Velho de Freixo de Numão convoca obviamente a identidade do sujeito responsável pela sua revisitação. E, no entanto, visitar o lugar e o sujeito que o construiu durante c. de 15 anos, e sujeitar ambos a um exercício de re-identificação, parece-me incontornável. O sucesso de tal empreendimento passa por confrontar algumas premissas conceptuais que remontam a 1993. O seu questionamento pretende assegurar estabilidade nesta nova etapa da viagem.



Figura 1 – Vista geral do sítio Castelo Velho após trabalhos de restauro, musealização e construção dum centro interpretativo (em primeiro plano). Vista para Leste em direcção do vale do Côa e da Meseta (Foto DRCN).



Figura 2 – Vista geral, para Noroeste, do sítio de Castelo Velho após musealização (Foto DRCN).

A bibliografia relativa à interpretação de Castelo Velho de Freixo de Numão é ampla. Os inúmeros títulos foram publicados entre 1993 e 2016. No entanto, a periodização do lugar sempre foi da minha responsabilidade e está contida fundamentalmente em meia dúzia de textos (Jorge, 1993, 1998, 2002b, 2003b). O presente texto baseia a reformulação proposta na revisão de toda a documentação disponível (publicada e inédita), sobretudo a resultante das campanhas de escavação ocorridas entre 2001 e 2003, integradas num grande projecto de investigação financiado pelo Estado com vista à musealização e fruição pública do lugar pré-histórico. Recorre frequentemente a dados contidos num dos meus textos de 2003 (Jorge, 2003b) e numa dissertação de mestrado apresentada, na FLUP, também em 2003 (Oliveira, 2003), textos que, já nessa altura, apelavam à necessidade de revisão da periodização do sítio.

Provavelmente, qualquer lugar arqueológico revisitado, passada mais duma década sobre as últimas intervenções e a publicação da sua interpretação global, suscitaria a revisão de muitas ideias arquitectadas anteriormente sobre funcionalidades e dinâmicas de utilização de espaço. O que é específico deste exercício não é tanto a metodologia de reapreciação, mas a vontade pessoal de voltar a burilar o que era dado como definitivo. E, sejamos

justos, tal tarefa de reinterpretação dos dados, passando pelo acesso à informação global (publicada e inédita), só poderia ser realizada, em total liberdade, por mim própria.

1. A QUESTÃO DA CONTINUIDADE

Desde o meu primeiro texto publicado sobre Castelo Velho (Jorge, 1993) até ao último (Jorge, 2014), mesmo quando a questão não era directamente abordada, aceitava-se não apenas uma ocupação contínua entre 3000 e 1300 AC, como, a partir da primeira metade do 3º milénio até 1300 AC, a existência, no topo do morro, dum mesmo “projecto arquitectónico”. No entanto, em 1998 (Jorge, 1998), defendia-se que, para além da permanência da mesma arquitectura, teria ocorrido, entre o Calcolítico e a Idade do Bronze, uma continuidade funcional do monumento. Esta tese não se encontrava nesse texto verdadeiramente fundamentada. Ela decorria tão só da valorização do que, durante esse lapso de tempo, persistia, em detrimento do que mudava. Tratava-se, assim, duma óbvia escolha interpretativa, que, embora matizada, permaneceria até 2003 (Jorge, 2003b). A síntese de 2002 (Jorge, 2002b) descrevia de forma exaustiva as permanências e as mudanças ao longo da vida do sítio. Apesar de não enfatizar, fornecia inúmeros dados para se repensar a “continuidade funcional” defendida em 1998. De facto, as descontinuidades entre a 2ª e 3ª fase construtiva permitiriam questionar a “continuidade de uso” a partir de inícios do 2º milénio AC, ou seja, durante o chamado Bronze Médio. Contudo, o texto de 2002 não estava interessado em problematizar a periodização interna do lugar. O seu eixo interpretativo girava em torno da função simbólica do monumento no espaço. E o monumento, a essa escala de análise, tinha persistido, enquanto tal, entre o Calcolítico e a Idade do Bronze. Foi preciso chegar a 2003 (Jorge, 2003b), 14 anos passados sobre a primeira intervenção, e 10 sobre a primeira publicação (cruzando arquitecturas, artefactos e datas de C¹⁴, e ainda reequacionando a identidade espacio-temporal das camadas 3 e 4 no interior do recinto), para se questionar os pressupostos da periodização vigente até então. Nesse texto substituem-se as “fases construtivas” por “momentos espaciais”. Propõe-se a seguinte sequência: um momento pré-monumento calcolítico, algures dos inícios do 3º milénio AC; um momento em que se constrói o monumento do Calcolítico/

/Bronze inicial (recinto, plataforma, talude), desde a primeira metade do 3º milénio aos inícios do 2º milénio AC; um momento do monumento do Bronze Médio (refazendo-se certas arquitecturas do recinto, da plataforma e do talude), entre os inícios do 2º milénio e c. de 1300 AC, altura em que se terá dado o fechamento simbólico da globalidade do monumento. Este texto de 2003 contém algo de paradoxal: apesar de se destacar uma óbvia descontinuidade de uso do monumento, entre o Momento II e o Momento III, não se retiram as consequências interpretativas das potencialidades dessa descontinuidade. É como se, na época, fosse mais importante valorizar o processo de reconfiguração permanente do monumento, em detrimento da discussão de pontos de viragem da sua utilização. Significativo é um outro texto de 2003 (Jorge, 2003c), em que a periodização se reduz a três momentos: pré-monumental, monumental e de fecho/condenação, como se irrompesse, subitamente, uma premeditada desistência relativamente ao acto de periodizar. Desistência reafirmada em 2007, num pequeno texto colectivo (Jorge *et al.*, 2007), em que se demonstra um absoluto desinteresse na problematização de tal temática, apesar de se publicar um quadro-resumo com os faseamentos propostos entre 1993 e 2003. Mais tarde, na única tese de doutoramento realizada sobre Castelo Velho de Freixo de Numão (Velho, 2009), e apesar da mesma conter todo um capítulo dedicado ao lugar e ao tempo, é deliberadamente omissa um olhar próprio sobre a periodização do sítio.

Em suma, Castelo Velho sempre foi perspectivado numa escala ampla de análise, que privilegiava a continuidade funcional dum dispositivo arquitectónico monumental, que atravessara supostamente incólume o 3º e o 2º milénios AC. As alterações observadas (que conduziram a diversos faseamentos ao longo da sua investigação) situavam-se em patamares de análise mais baixos, pelo que não perturbavam a função global atribuída ao monumento durante mais de mil anos: congregar socialmente, polarizar negociações intercomunitárias, conferir estatuto identitário às populações que nele se reviam. O preço de tal abordagem, de nível muito alto, redundou não apenas na minimização consciente de alguma informação (tida como marginal para o fim a atingir), como também a não detecção/valorização de ausências/presenças contextuais, que permitiriam reequacionar a própria dinâmica funcional do lugar. Como se a sustentabilidade do paradigma inerente à criação do conceito de “recinto murado” *versus* o do clássico “povoado

fortificado” (Jorge, 1994) dependesse duma cooptação abstracta do monumento, que o mantivesse, a essa alta escala de análise, globalmente estático, entre o 3º e o 2º milénios AC.

2. A QUESTÃO DA OCUPAÇÃO PRÉ-MONUMENTAL

Desde 1993 (Jorge, 1993) até 2014 (Jorge, 2014), ou seja, em todos os textos publicados por mim própria sobre Castelo Velho, sempre foi admitida, com maior ou menor convicção, uma ocupação pré-monumental do lugar. Em 1993 tal ocupação ocorria apenas no topo do morro: esparsa, descontínua, sem evidenciar estruturas de vulto, dataria dos inícios do 3º milénio AC. Tal ocupação articulava-se com a camada 4 do sítio, a qual se sobrepunha à terra estéril de base ou ao bed-rock, e, em certas áreas, passava por debaixo do murete que definia o recinto (no texto de 1993 designava-se este murete “muralla superior” ou M1, no quadro dum “povoado fortificado”). Essa ocupação reportava-se, nesse primeiro texto, a “uma fase de instalação no morro”, imediatamente anterior à construção da “fortificação”. Em 1998 (Jorge, 1998) afirmava-se que tal ocupação inicial seria responsável pela construção dum “torreão” no topo do morro, orientado a sul. Esta estrutura, edificada na “fase fundacional” do sítio, estaria em funcionamento desde os inícios do 3º milénio AC até ao abandono do lugar, por volta de 1300 AC. A síntese de 2002 (Jorge, 2002b) foi realizada após duas longas campanhas de escavação (2001 e 2002) que expuseram as vertentes oeste e sul do morro, tendo definido, em todo o seu perímetro, o talude que circundava o recinto superior do monumento. Neste texto de 2002, para além de se voltar a caracterizar uma possível ocupação pré-monumental no topo do morro, era publicada uma planta com a distribuição espacial dos sedimentos correspondentes à camada 4 (Fig. 4). Tal planta ampliava significativamente a área de dispersão da camada 4 relativamente ao texto de 1993: não só era identificada no topo do morro (sob o recinto superior), como nas vertentes sul e oeste (sob a estrutura de talude). Ou seja, tendo em conta a informação publicada em 2002, era possível afirmar que a ocupação pré-monumental não se encontrava restringida no cimo do morro, mas se distribuía pelas suas vertentes, tendo sido preservada pela construção posterior do talude do monumento, que a havia selado. O texto de 2003 (Jorge, 2003b) é paradoxal,

como já havia sido no que toca a problemática da continuidade ocupacional do sítio. Nele eram publicadas onze novas datas de C^{14} para contextos existentes sob o talude e ainda outros correlacionáveis com a camada 4 na área do recinto superior.

A reanálise de todas as datas de C^{14} do sítio (Jorge & Rubinos, 2002), em correlação com a estratigrafia global assumida até então, conduzia, no texto de 2003, a uma reavaliação da identidade estratigráfica das camadas 4 e 3. Tal reavaliação, a ser levada até às últimas consequências, deveria reverter a aceitação da própria “ocupação pré-monumental”. Aliás, em diversos troços do texto, manifestava-se um óbvio desconforto relativamente aos pressupostos da chamada “fase fundacional” de Castelo Velho. Contudo, em 2003 (Jorge, 2003b) ela não era abandonada, persistindo a sua representação espacial na Fig. 3 desse mesmo texto. Em textos subsequentes de 2003 e 2007, apesar de se referir a dificuldade de fundamentação arqueológica de uma ocupação pré-monumental, optava-se por manter esta construção interpretativa, que remontava ao primeiro texto de 1993. Como se a periodização de Castelo Velho não conseguisse sobreviver ao dismantelamento da representação dum “antes” do monumento, ou seja, à aniquilação duma fase supostamente preparatória da grande arquitectura que se ergueria depois.

3. PERIODIZAR CASTELO VELHO DE FREIXO DE NUMÃO: A RECONFIGURAÇÃO DO RECINTO ENTRE O 3º E O 2º MILÉNIO AC

3.1 Antes do monumento

As intervenções de campo em larga escala, realizadas entre 2001 e 2003, trouxeram novos dados para a compreensão da extensão e da natureza do lugar pré-histórico de Castelo Velho. Uma vez colocada em causa a identidade estratigráfica e cronológica da camada 4 na área do recinto superior e sob os taludes oeste e sul (Jorge, 2003b; Oliveira, 2003), passou a não ser possível sustentar a hipótese duma ocupação anterior à construção do recinto superior com base nessa fundamentação. A ter existido uma eventual ocupação pré-monumental, a mesma terá sido arrasada durante a construção do recinto superior. De facto, não sabemos se os sedimentos arqueológicos

encontrados em 2003, sob a torre central do recinto, correspondem a vestígios duma tal ocupação, ou, tão só, a sedimentos articuláveis com uma ocupação inicial do recinto, uma vez que não foi possível determinar, em 2003, a correlação temporal entre o murete delimitador do recinto e a sua torre central. Contudo, apesar desta impossibilidade no que respeita ao topo do morro, não é defensável, no actual estado dos nossos conhecimentos, negar em absoluto uma eventual ocupação pré-monumental em Castelo Velho de Freixo de Numão. Na verdade, em todas as zonas intervencionadas entre 2001 e 2003, em áreas exteriores ao recinto, nas vertentes oeste, sul e leste, foram identificadas inúmeras estruturas e contextos de cronologia globalmente calcolítica, cuja temporalidade precisa nunca foi determinada (Jorge, 2002b, 2003b). Algumas dessas estruturas, escavadas na rocha-de-base, revelaram enchimentos preservados, cuja cronologia específica permanece até hoje desconhecida (McFayden, 2016). Finalmente, sob o talude oeste, um dos contextos datado (Ua 20677) forneceu os seguintes intervalos, consoante a curva de calibração, 2840-2460 A.C. (Jorge, 2003b); 2634-2465 A.C. (Lopes & Bettencourt, 2017). Qualquer dos resultados sugere que a vertente oeste estava ocupada durante a primeira metade do 3º milénio A.C., restando saber se tal contexto datado foi produzido antes da edificação do recinto, ou se foi já seu contemporâneo.

Em suma: a identificação duma eventual ocupação pré-monumental em Castelo Velho de Freixo de Numão não se encontra confirmada com os dados disponibilizados até ao presente. A investigação desta e de outras problemáticas sobre a natureza temporal do sítio requer a execução dum novo programa de datações absolutas envolvendo uma criteriosa selecção de amostras provenientes de todos os sectores intervencionados ao longo de 15 anos de escavações arqueológicas.

3.2 O monumento do 3º milénio AC

Tabela 1 ¹				
Ref.	Data BP	¹ Sigma	² Sigma	Bibliografia
Sac-1518	4130±80	2868-2803 (19.3%) 2777-2620 (46.9%) 2604-2600 (1.2%) 2592-2589 (0.8%)	2892-2558 (89.6%) 2536-2491 (5.8%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
ICEN-785	4110±60	2859-2809 (16.8%) 2753-2721 (10.0%) 2702-2579 (41.4%)	2878-2565 (90.5%) 2532-2496 (4.9%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
CSIC-1706	4073±45	2838-2814 (9.5%) 2676-2565 (48.5%) 2525-2496 (10.3%)	2862-2807 (14.9%) 2758-2718 (6.7%) 2706-2480 (73.8%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20637	4020±40	2576-2484 (68.2%)	2833-2819 (1.7%) 2660-2650 (0.8%) 2634-2465 (92.9%)	Jorge 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
ICEN-1165	3990±100	2834-2818 (2.3%) 2661-2448 (1.8%) 2636-2340 (64.1%)	2870-2802 (7.1%) 2779-2273 (85.2%) 2256-2208 (3.1%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
ICEN-536	3980±120	2834-2818 (2.2%) 2662-2446 (2.1%) 2637-2294 (63.9%)	2876-2198 (95%) 2162-2152 (0.4%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20631	3975±40	2568-2518 (38.3%) 2499-2464 (29.9%)	2580-2391 (89.4%) 2386-2346 (6.0%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-17647	3945±75	2568-2518 (14.5%) 2499-2338 (51.5%) 2318-2310 (2.1%)	2833-2819 (0.7%) 2660-2650 (0.4%) 2634-2202 (94.3%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20628	3945±45	2562-2535 (11.0%) 2492-2431 (32.2%) 2424-2402 (10.1%) 2381-2348 (14.9%)	2571-2512 (18.3%) 2504-2298 (77.1%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20634	3945±45	2562-2535 (11%) 2492-2431 (32.2%) 2424-2402 (10.1%) 2381-2348 (14.9%)	2571-2512 (18.3%) 2504-2298 (77.1%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20632	3940±40	2548-2540 (3.0%) 2489-2400 (47.7%) 2382-2348 (17.5%)	2568-2520 (13.2%) 2499-2332 (77.4%) 2326-2299 (4.8%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
CSIC-1655	3917±34	2470-2398 (44.9%) 2384-2347 (23.3%)	2486-2293 (95.4%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017

¹ Datas recalibradas segundo a curva de calibração de Reimer et al. (2013) e o programa OxCal 4.3. (Lopes e Bettencourt, 2017).

Tabela 1 ¹				
Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Bibliografia
Ua-20630	3905±40	2466-2346 (68.2%)	2488-2280 (93.5%) 2250-2232 (1.6%) 2218-2214 (0.3%)	Jorge, 2003 b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20635	3895±40	2463-2340 (68.2%)	2476-2278 (91.8%) 2251-2229 (2.7%) 2220-2210 (1.0%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-20629	3880±45	2456-2334 (56.9%) 2325-2300 (11.3%)	2472-2272 (85.7%) 2258-2207 (9.7%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt, 2017
Ua-17648	3850±75	2456-2417 (11.3%) 2408-2272 (41.8%) 2258-2208 (15.0%)	2558-2536 (1.2%) 2491-2129 (91.9%) 2087-2048 (2.3%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt, 2017
CSIC-1813	3793±34	2286-2197 (57.0%) 2168-2148 (11.2%)	2344-2132 (94.1%) 2080-2061 (1.3%)	Jorge, 2003b; Lopes e Bettencourt 2017
CSIC-1333	3650±28	2116-2098 (11.1%) 2038-1964 (57.1%)	2134-2080 (23.3%) 2061-1941 (72.1%)	Jorge e Rubinos, 2002; Lopes e Bettencourt 2017

Plano arquitectónico global



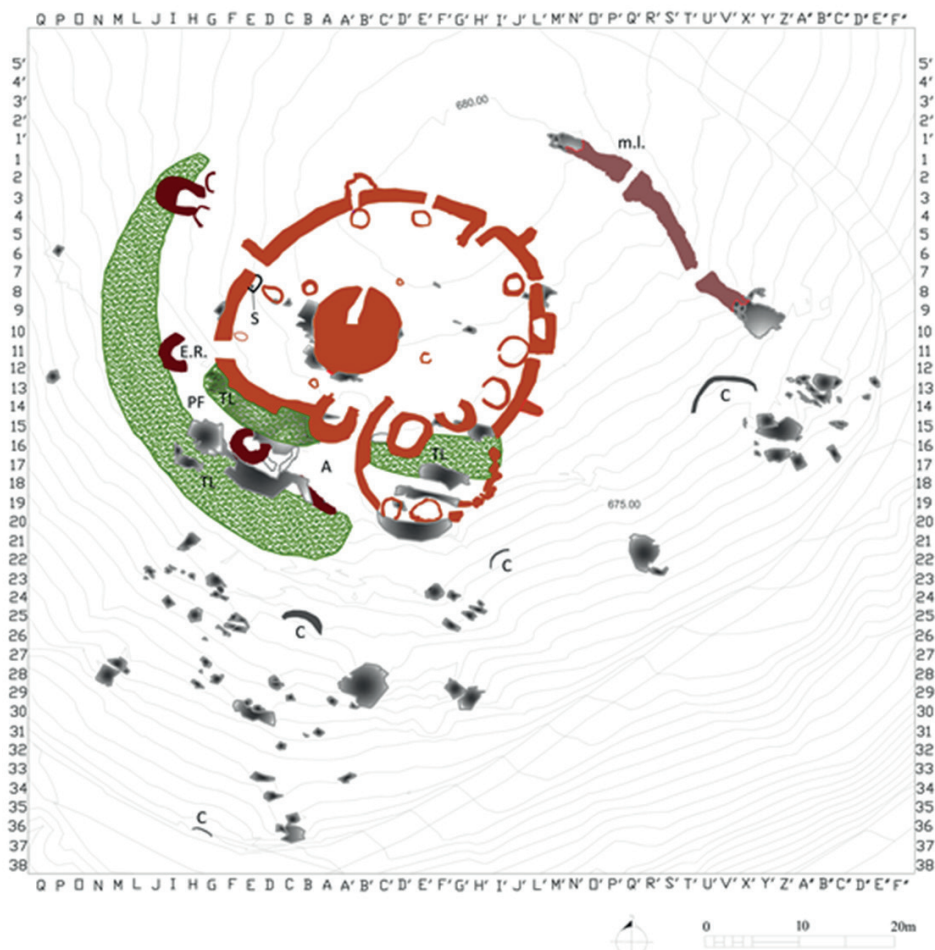
Figura 3 – Fotografia aérea do monumento do 3.º milénio AC situado no topo dum esporão delimitado por ribeiras tributárias dum afluente da margem esquerda do rio Douro.

Quem sobrevoou de helicóptero o monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão, entre 2001 e 2003, durante os últimos anos de escavação, e antes das intervenções dedicadas à musealização, foi surpreendido com a visão aérea duma arquitectura extraordinariamente singular, cuja planta geral ajuda a pormenorizar: um pequeno recinto de planta subcircular integra no seu centro, uma grande estrutura também subcircular; no interior do recinto, em torno da estrutura central, distribuem-se quatro pequenas estruturas equidistantes; ainda no interior do recinto ocorrem, encostadas à linha do murete que o delimita, a sul, leste e norte, diversas estruturas subcirculares, abertas ou fechadas; fora do recinto, a oeste e a sul, emergem dois taludes, descrevendo dois arcos de círculo, estabelecendo dois degraus que amparam e monumentalizam o recinto superior; entre os dois taludes, numa plataforma intermédia definida por aqueles, destacam-se cinco estruturas subcirculares, fechadas ou abertas, neste caso de abertura voltada para o recinto superior. Estamos perante um monumento globalmente subcircular, constituído por recinto, plataforma intermédia e dois taludes, os quais descrevem diversas linhas concêntricas, que, total ou parcialmente, delimitam/convergem para um centro no interior do recinto superior.



Figura 4 – Fotografia aérea do monumento do 3º milénio AC durante os trabalhos arqueológicos de 2002.

Este conjunto arquitectónico altamente padronizado surge num rebordo dum esporão voltado a leste, na direcção do Côa e da Meseta. Neste esporão existem outras estruturas do 3º milénio AC: a leste do referido monumento, um murete, delimitado por afloramentos; nas vertentes sudeste e sul, quatro pequenas estruturas subcirculares abertas à paisagem envolvente, ou seja, de orientação dissonante com o monumento previamente descrito.



Planta 1 – O monumento do 3º milénio AC: TL - talude; PF - plataforma intermédia; S - estrutura das sementes; A - átrio; ER - estrutura com ossos humanos; m.l. - murete leste; C - estruturas no exterior do monumento.

A cronologia absoluta disponível até ao presente não nos fornece dados para precisar o momento de construção do murete leste e das estruturas espalhadas pelas vertentes sudeste e sul. Apenas podemos afirmar, pelos materiais a que estão associados, que foram edificados no 3º milénio AC e que foram globalmente contemporâneos do monumento (recinto, plataforma intermédia e taludes) durante esta fase. Quanto à cronologia particular do monumento, e tendo em conta a informação global disponibilizada até 2003 (Jorge, 2003b), parece-nos plausível colocar a hipótese de que o recinto superior terá sido construído algures durante a primeira metade do 3º milénio AC, tendo sido acrescentada a plataforma intermédia e os dois taludes ao longo da segunda metade do 3º milénio AC. Tendo em conta a localização, tipologia e estruturas associadas, parece-nos que o murete leste terá funcionado como separador espacial, em articulação funcional com o recinto superior, plataforma intermédia e taludes, durante o 3º milénio AC. De ora avante, chamaremos “monumento” ao conjunto arquitectónico que abrange todos estes espaços no topo do esporão.

Passagens, concentrações e deposições preservadas de materialidades

Foram identificadas nove passagens no murete que delimita o recinto superior e duas no murete leste. Em todos os casos trata-se de estreitos corredores que seccionam perpendicularmente os referidos muretes. Estas passagens, pela sua dinâmica de abertura e fechamento, ao longo desta fase, segundo múltiplas combinatórias possíveis, correspondem a interfaces espaciais onde se encenou o acesso ou impedimento de entrada no recinto superior, e, duma forma geral, a movimentação entre o recinto e o murete leste.

O uso, condenação e reconfiguração destas passagens através, por ex., da utilização de pequenas lareiras, associadas a materialidades seleccionadas, e da colocação formalizada de materiais pétreos de fecho, são um poderoso indicador do carácter especificamente cerimonial que caracteriza a funcionalidade do monumento do 3º milénio AC.



Figura 5 – Três passagens viradas a Nor-noroeste no recinto superior do monumento do 3º milénio AC, durante os trabalhos arqueológicos de 2002.



Figura 6 – Uma das passagens existente no murete leste, durante os trabalhos arqueológicos de 2002.



Figura 7- Três passagens viradas a Este no recinto superior do monumento do 3º milénio A.C., durante os trabalhos arqueológicos de 2002.

No interior do recinto superior e na plataforma intermédia foram identificados contextos que indiciam também a prática de acções cerimoniais: quer concentrações de materialidades como, no recinto, a de mais de uma vintena de pesos de tear, ou de alguns artefactos de cobre e ouro, quer, sobretudo, deposições intencionais preservadas.



Figura 8 – Estruturas situadas no interior do recinto superior do monumento do 3º milénio A.C.

Neste caso temos, por ex., no recinto, a deposição de metade dum vaso numa das passagens, a deposição dum machado de cobre no interior duma estrutura pétrea, ou a complexa deposição, também no interior duma estrutura pétrea, de milhares de sementes de trigo associadas, fundamentalmente, a fragmentos de vasos cerâmicos.

Fora do recinto, na plataforma intermédia, emerge um contexto singular: uma estrutura pétrea na qual foram identificados cinco níveis de deposição, envolvendo a manipulação de ossos humanos desconectados e restos humanos segmentados, em associação com outras materialidades também segmentadas, como fragmentos cerâmicos, pesos de tear e fauna. No caso do contexto da deposição de sementes de trigo e no do contexto da deposição de ossos humanos estamos perante deposições intencionais de “coisas” fragmentadas. Em qualquer dos dois contextos, a fragmentação das materialidades terá ocorrido não só fora das estruturas pétreas como provavelmente fora do próprio monumento, tendo precedido espacio-temporalmente a respectiva deposição no monumento de Castelo Velho. Tal circunstância convoca um debate não só sobre a existência dum contexto omissivo original ou, se quisermos, dum “contexto em falta”, como sobre a natureza social do processo que terá envolvido a fragmentação, circulação e deposição de materialidades no interior dum território definido por lugares simbolicamente interconectados durante o 3º milénio A.C. (Jorge, 2014).

Das materialidades

O que foi manipulado no interior do monumento? Ou o que é que resistiu ao tempo no interior de estruturas e em espaços localizados entre-estruturas? Para além dos referidos ossos humanos, foram encontrados, dispersos pelo monumento, em diferentes concentrações, ossos de cabra, carneiro e boi, para além da presença de coelho, raposa, porco, cobra e mexilhão do rio (Antunes & Cunha, 1998; Jorge, 2002b). Por outro lado, independentemente da presença de milhares de sementes de trigo e cevada (e duma pequena aglomeração de ópio) num contexto fechado do interior do recinto, foram identificadas em todo o monumento amostras de sementes e carvões que permitiram reconstituir uma “paisagem” de ambiência mediterrânica (Figueiral, 1998, 1999). O monumento encontrava-se rodeado no 3º milénio AC

por um bosque de azinheiras/sobreiros/carrascos, sendo ainda de assinalar a presença de carvalho de folha caduca, de pinheiro bravo, de medronheiro, de freixo, de giesta, de pilriteiro, de esteva, de zimbro e de trovisco (Figueiral & Jorge, 2008).

Do ponto de vista dos artefactos líticos, de pedra lascada ou polida, verificou-se uma pequena quantidade e diversidade de objectos, predominando matérias-primas locais ou regionais. O sílex é muito raro. De notar uma diminuta presença de pontas de seta e de lascas retocadas (sobretudo em quartzo) estando ausentes artefactos sobre lâmina.

Entre os objectos de pedra polida, contam-se raros machados, enxós e goivas/escopros (em anfibolite/silimanite). Entre os utensílios macrolíticos (que, no seio dos líticos, predominam no monumento) foram identificados polidores/alisadores e seixos de grauvaque, quartzo ou quartzito, e ainda dormentes e moventes em granito. Os elementos de adorno em pedra (matérias-primas locais e regionais), como contas de colar ou pendentes, não atingem a vintena, e também foram, como, de resto, os restantes objectos líticos, encontrados disseminados pelo monumento, fora de qualquer concentração.

Quanto aos objectos metálicos, que também são em número muito reduzido, eles distribuem-se por dois grupos: pequenos artefactos em cobre, como machados planos, escopros/cinzéis e punções, e dois objectos de adorno, como um anel em cobre e uma fita enrolada, decorada, em ouro. Apenas os referidos objectos de adorno e três dos artefactos de cobre foram encontrados numa área restrita, em associação com uma estrutura no interior do recinto. Os restantes artefactos e raros vestígios de objectos metálicos encontravam-se disseminados pelo monumento, Bottaini *et al*, neste volume.

Os materiais cerâmicos distribuem-se por duas categorias: por um lado, pesos de tear (placas de forma sub-rectangular e os chamados troncos de cilindro achatados) (Gomes, 2003), por outro lado, vasos, ou, o que predomina largamente, fragmentos de recipientes (Baptista, 2003; Oliveira, 2003). Os pesos de tear (placas) foram maioritariamente encontrados em concentrações dentro e fora do recinto, ou ainda no interior de estruturas, nomeadamente fazendo parte do enchimento preservado da estrutura com ossos humanos localizada na plataforma intermédia. Quanto aos recipientes, esmagadoramente fragmentados, tanto faziam parte do enchimento de

contextos fechados ou preservados (dentro e fora do recinto), como se distribuíam por todas as áreas do monumento em quantidades apreciáveis. Como veremos, os recipientes forneceram dados importantes para a interpretação da funcionalidade do monumento do 3º milénio A.C.. Finalmente, há que referir a descoberta de pequenas “estelas” sem decoração, em granito e em xisto, integradas em estruturas pétreas, ou localizadas em áreas de circulação do monumento. O seu estudo criterioso nunca foi realizado até ao presente. A sua presença, no entanto, remete-nos directamente para uma reflexão sobre a natureza da função cerimonial do lugar.

Os recipientes cerâmicos merecem-nos um comentário específico. Em primeiro lugar, é de salientar a altíssima percentagem dos vasos decorados desta fase do monumento, quase a rondar os 50% (Baptista, 2003; Oliveira, 2003). De acrescentar que, na estrutura com a deposição de sementes, localizada no interior do recinto, e datada duma fase adiantada da 2ª metade do 3º milénio A.C. (Tab.1), a percentagem de bordos decorados que ali foram intencionalmente depositados, aproxima-se dos 90%. No quadro do que se conhece sobre cerâmicas decoradas do 3º milénio A.C. no interior leste de Trás-os-Montes e Alto Douro (Lopes & Bettencourt, 2017), esta alta percentagem da decoração local em vasos de Castelo Velho surge como uma novidade, cuja explicação pode conectar-se com o papel excepcional do lugar a nível local e regional. Por outro lado, as organizações decorativas locais, sendo variadas, apresentam algumas singularidades que importa sublinhar. Não apenas se destaca a decoração penteada aditiva (organização dominante, nesta época, no interior leste de Trás-os-Montes e Alto Douro), como esta organização, em Castelo Velho, apresenta variações temáticas que conferem um grande barroquismo estilístico a certos recipientes do monumento.

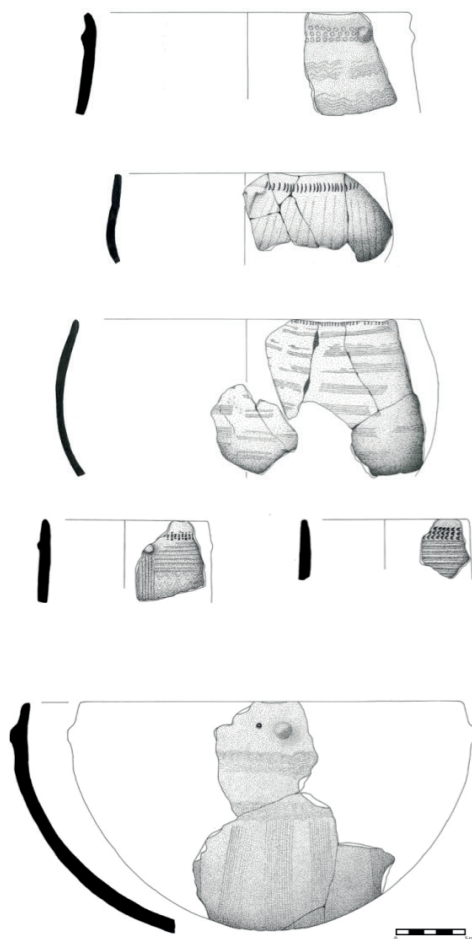


Figura 9 – Vasos decorados provenientes do monumento do 3º milénio A.C. (Oliveira, 2003).

De facto, em certos vasos, o processo decorativo envolveu uma sequência complexa de acções: impressão em pasta fresca, seguida de secagem; posteriores espatulamentos seccionando os anteriores motivos impressos; aplicações de “pastilhas repuxadas” ou outros elementos plásticos. Em resultado deste trabalho decorativo, alguns vasos de Castelo Velho destacam-se por apresentar extensas e complexas áreas decoradas, com recurso, no mesmo recipiente, a diversas técnicas operadas em momentos diferidos no tempo.

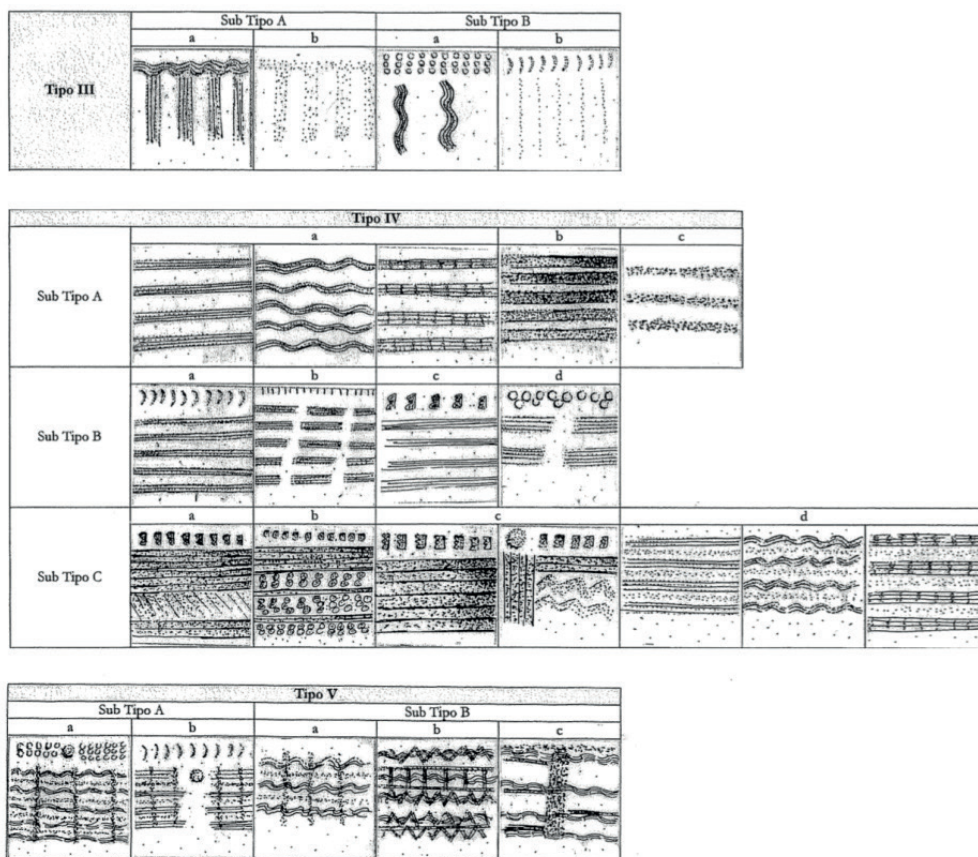


Figura 10 – Algumas das organizações decorativas de recipientes cerâmicos do monumento do 3º milénio A.C. (Oliveira, 2003).

Sendo bem conhecido o papel que a estilística cerâmica desempenhou na afirmação identitária das comunidades do 4º/3º milénio A.C. no Norte de Portugal, a presença de vasos profusamente decorados, durante o 3º milénio A.C., no monumento de Castelo Velho, deverá ser especificamente correlacionada com a função socialmente congregadora que este lugar desempenhou. Acrescente-se que a esta fase pertence um vaso com decoração oculada e outro com decoração campaniforme cordada (AOC), cuja decoração, como se sabe, é extremamente rara em toda a Península Ibérica (Jorge, 2002 a).

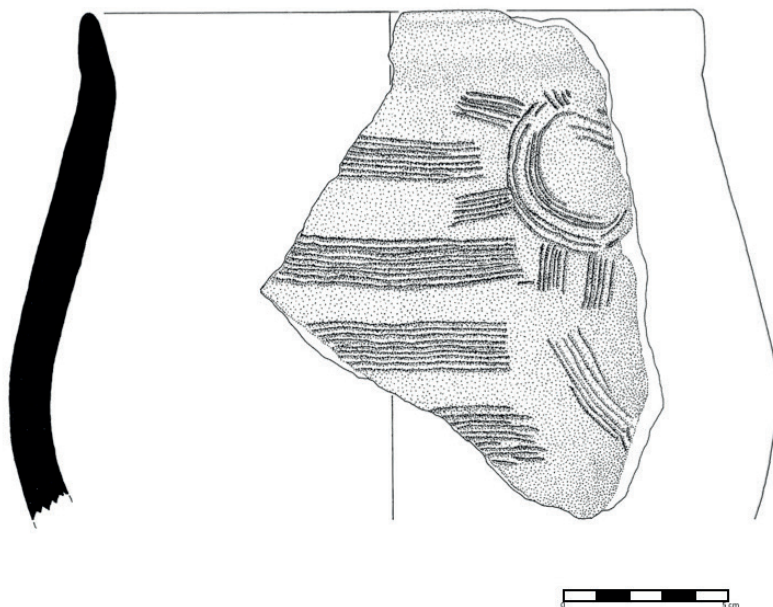


Figura 11 – Vaso com decoração oculada proveniente de estrutura existente na plataforma intermédia do monumento do 3º milénio AC (desenho de Vítor Fonseca).



Figura 12 – Macrofotografia de um fragmento de cerâmica campaniforme cordada do monumento do 3º milénio AC (ICBAS, U.P.).

A cerâmica oculada e o campaniforme cordado, assim como os raros artefactos em cobre (nomeadamente os machados) e a fita em ouro, surgem no monumento do 3º milénio AC como os únicos elementos diferenciadores de âmbito trans-regional.

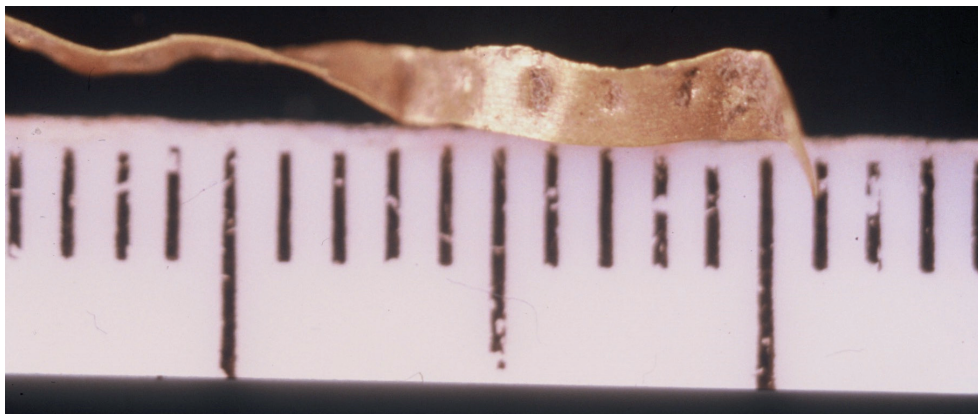


Figura 13 - Macrofotografia de parte de uma fita enrolada em ouro, com decoração, proveniente do interior do recinto superior do monumento do 3º milénio AC (ICBAS, U.P.).

Monumento e território

Sobre o monumento do 3º milénio AC estamos reduzidos às bases pétreas que definem o plano arquitectónico do recinto, plataforma intermédia, taludes e murete leste. Pelos dados que possuímos podemos imaginar que as paredes que delimitavam o recinto superior seriam constituídas por pedra, ramos e terra. De facto, in loco, foram identificadas grandes quantidades de argila de revestimento, que permitem pressupor que a mesma foi intensamente usada na construção/ reconstrução das paredes (recinto e murete leste) e no revestimento de todas as estruturas do lugar. Mas desconhecemos se o recinto era total ou parcialmente coberto, e se nas paredes que o delimitavam ocorriam aberturas que, para além das passagens, permitiriam um qualquer acesso visual com o exterior. Desconhecemos também a função/ funções da maioria das estruturas existentes quer dentro quer fora do recinto, se exceptuarmos as que forneceram deposições preservadas, como, por ex., a estrutura com sementes e a estrutura com ossos humanos. A grande

estrutura central do recinto permanece um enigma. Pode ter funcionado de muitas maneiras sucessivamente: quer como plataforma pétrea (palco de eventuais acções cerimoniais), quer como a base pétrea duma eventual “torre” em madeira ou terra que se erguesse sobre a mesma. A reconstituição da arquitectura global do monumento de Castelo Velho de Freixo de Numão depende dum longo projecto de investigação vocacionado para a escavação e interpretação de sítios similares, contemporâneos, disseminados pela região. Por outro lado, a detecção em Castelo Velho de vários tipos de deposições intencionais de materialidades, indiciando prováveis práticas cerimoniais, convoca o estudo do território envolvente numa perspectiva irrecusável (Jorge, 2014): é necessário identificar na região a rede de sítios socialmente inter-conectados pela partilha de rituais assentes na fragmentação, circulação e deposição de materialidades, no seio da qual se integra o monumento de Castelo Velho. Sem essa investigação global o monumento do 3º milénio AC permanecerá como um testemunho isolado dum “território social” ainda opaco, cuja complexidade urge decodificar.



Figura 14 – Topo do recinto superior do monumento do 3º milénio AC, vendo-se, para leste, o monte de S. Gabriel (foto de Danilo Pavone).

Finalmente, há que reafirmar o óbvio: o monumento sofreu certamente reconfigurações de sentido ao longo do 3º milénio AC, nomeadamente expressas através da abertura, reutilização e condenação de passagens e estruturas, e ainda pela indelével re-estruturação contínua dos espaços que o foram moldando. Não existem, contudo, dados cronológicos seguros que possibilitem

a construção dum faseamento interno do monumento durante este período, nem, sobretudo, dados que indiquem o momento preciso em que a cenografia iniciada na 1ª metade do 3º milénio deixou de estar operacional. Sabemos, no entanto, que na transição do 3º para o 2º milénio AC, o monumento de Castelo Velho terá passado a ser outro lugar, articulado com novos constrangimentos arquitectónicos e servindo certamente novas funcionalidades sociais.

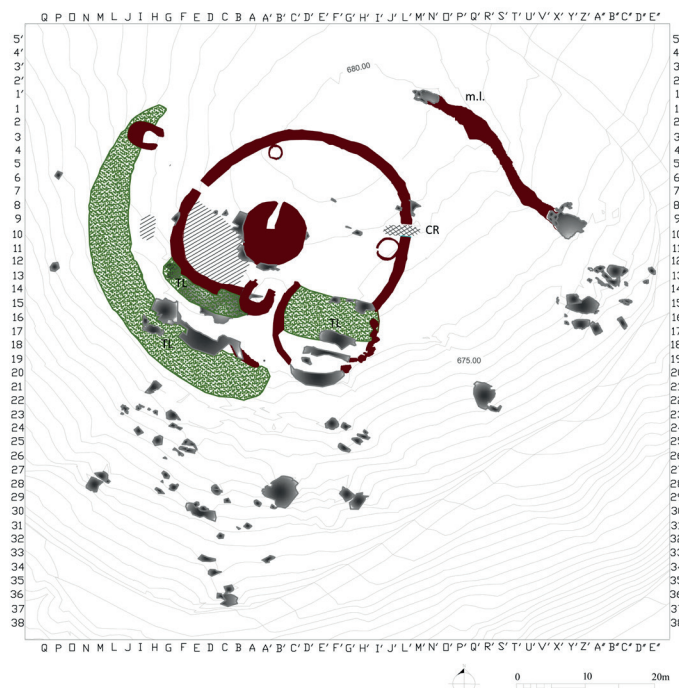
3.3 Castelo Velho no 2º milénio AC

Tabela 2 ²				
Ref.	Data BP	1 Sigma	2 Sigma	Bibliografia
ICEN-885	3570±100	2035-1760 (68.2%)	2200-1664 (95.4%)	Jorge e Rubinos, 2002
ICEN-1164	3520±110	2014-1998 (2.8%) 1979-1734 (60.8%) 1718-1694 (4.6%)	2194-2176 (0.7%) 2144-1608 (94%) 1582-1561 (0.7%)	Jorge e Rubinos, 2002
ICEN-1168	3420±120	1890-1608 (65.1%) 1581-1562 (3.1%)	2030-1448 (95.4%)	Jorge e Rubinos, 2002
GrN-23510	3460±80	1886-1686 (68.2%)	2014-1998 (0.8%) 1979-1608 (93.5%) 1582-1560 (1.1%)	Jorge e Rubinos, 2002
GrA-9442	3380±40	1736-1715 (14.3%) 1696-1626 (53.9%)	1852-1855 (0.2%) 1770-1601 (90.3%)	Jorge e Rubinos, 2002
Ua-20636	3360±40	1733-1718 (7.0%) 1694-1613 (61.2%)	1746-1596 (81.9%) 1589-1531 (13.5%)	Jorge, 2002 b
CSIC-1713	3302±50	1630-1513 (68.2%)	1730-1722 (0.8%) 1692-1494 (91.7%) 1480-1455 (2.9%)	Jorge e Rubinos, 2002
Sac-1519	3250±50	1609-1579 (16.4%) 1563-1494 (40.9%) 1478-1456 (10.8%)	1634-1426 (95.4%)	Jorge e Rubinos, 2002
ICEN-1171	3200±45	1509-1426 (68.2%)	1610-1573 (5.8%) 1566-1396 (89.6%)	Jorge e Rubinos, 2002
ICEN-1166	3130±150	1608-1581 (3.5%) 1562-1209 (64.7%)	1746-996 (95.4%)	Jorge e Rubinos, 2002
GrN-23507	3150±45	1496-1473 (12.7%) 1462-1392 (50.3%) 1335-1324 (5.2%)	1508-1294 (95.4%)	Jorge e Rubinos, 2002
GrA-9241	3110±50	1432-1372 (35.5%) 1358-1299 (32.7%)	1496-1472 (3.9%) 1464-1259 (90.7%) 1242-1235 (0.8%)	Jorge e Rubinos, 2002

² Ver nota 1. As datas desta tabela foram recalibradas por Ana M. S. Bettencourt no âmbito de um projecto em curso sobre o 2º milénio AC do Norte de Portugal.

Durante o 2º milénio AC vemos desaparecer os pilares da coreografia anterior que se expressava num preciso plano arquitectónico do monumento, em passagens no recinto superior e no murete leste, e ainda em variados contextos de deposição de materialidades (inteiras ou fragmentadas). As estruturas das vertentes sul e sudeste também ficaram desactivadas. Contudo, o lugar construído e usado no 3º milénio AC não foi abandonado. Pelo contrário, o que é específico do 2º milénio AC emana da reconfiguração do espaço ocupado previamente pelo recinto superior, plataforma intermédia, taludes e murete leste. Ou seja, emana da vontade de se manter a planta do anterior monumento, e, respeitando os seus limites, de se introduzir alterações de uso que, de facto, irão criar um novo estatuto funcional e simbólico do lugar.

Mudanças



Planta 2 – O sítio de Castelo Velho durante o 2º milénio AC: TL - talude; CR - “cairn”; m.l. - murete leste.

O recinto superior apresenta apenas uma passagem principal, a oeste, e outra secundária, a sul. O murete leste não incorpora nenhuma passagem no 2º milénio. Embora desconheçamos quando se concluiu o processo de encerramento das passagens – processo em curso desde, pelo menos, a 2ª metade do 3º milénio AC – a verdade é que no início do 2º milénio AC o acesso ao recinto superior se encontrava restringido basicamente à passagem oeste, que, nesta fase, sofreu um apreciável alargamento relativamente à que existia no mesmo local durante o 3º milénio AC. Pela primeira vez somos confrontados, no topo do esporão, com uma arquitectura cujo plano define um espaço central fechado, ao qual se acede por uma verdadeira “entrada”.

De forma simples, transformou-se um recinto aberto (de acesso física e coreograficamente condicionado pela existência de passagens) num recinto fechado, em contacto com o exterior através duma única “entrada” que, como todas as entradas, se poderia facilmente transformar numa “porta”, ou seja, na materialização física duma proibição.

Este recinto fechado continua a ser rodeado, a oeste e sul, por uma plataforma intermédia e dois taludes, que, no entanto, durante esta fase, sofreram reconstruções: os taludes foram alteados e a plataforma intermédia foi colmatada, em certas áreas, com cascalho que ocultou a maioria das estruturas pétreas do 3º milénio AC. Nesta plataforma intermédia foram identificados vestígios de pequenas estruturas, como fossas, buracos de poste, lareiras, etc., no âmbito de estruturas precárias revestidas com materiais perecíveis. As poucas estruturas pétreas do 3º milénio AC preservadas durante o 2º milénio AC, na área de plataforma intermédia, terão sido reutilizadas de forma pouco expressiva. No interior do recinto subsistem algumas, raras, estruturas do 3º milénio, como, por ex., a estrutura pétrea central, e o chamado “torreão” 1, mas num contexto de uso difícil de decodificar. De facto, o que predomina no interior deste espaço central, como, aliás, em todos os sectores onde foram identificados vestígios do 2º milénio AC, são estruturas, de dimensão diversa, de carácter perecível: buracos de poste, pequenas fossas, estruturas subcirculares delimitadas por pedras e cerâmica de revestimento, pequenas lareiras não estruturadas, etc.. Excepção a este padrão de estruturas precárias emerge, no interior do recinto, a leste, uma concentração intencional de pedras, que se sobrepunha a um vaso carenado encontrado

com a abertura para baixo. O conjunto – pedras ocultando intencionalmente um vaso – parece assemelhar-se a contextos formalizados do 2º milénio AC, embora seja impossível recuperar o sentido específico do mesmo no âmbito do recinto desta época. De resto, o lugar de Castelo Velho no 2º milénio AC (recinto, plataforma, taludes e murete leste) é omissa em contextos fechados, ou minimamente preservados, que nos poderiam eventualmente conduzir a hipotéticas interpretações sobre as acções ali desenvolvidas até ao seu abandono, entre meados do séc. XV e meados do séc. XII AC.

As materialidades desta época são ainda menos variadas do que as observadas no 3º milénio AC. Quase desaparece o material metálico. Quanto ao material lítico, predominam artefactos macrolíticos (para percussão/polimento) em detrimento de artefactos de pedra polida ou de pedra lascada, de pequeno porte. As matérias-primas dos líticos são esmagadoramente locais.

No que toca às materialidades cerâmicas, se, por um lado, os pesos de tear (placas e troncos de cilindro) ainda persistem, embora em muito menor quantidade, por outro, destacam-se, pela quantidade e qualidade, novos tipos de recipientes cerâmicos (Pereira, 1999; Varela, 2000; Baptista, 2003). É certo que subsistem ainda algumas formas e decorações tradicionais, nomeadamente com recurso à impressão penteada. Contudo, destacam-se vasos tronco-cónicos, vasos carenados e taças muito abertas, recipientes estes globalmente associados a exuberantes decorações plásticas (cordões, medalhões, etc.), e ainda às fortemente padronizadas decorações Cogeces (Pereira, 1999).

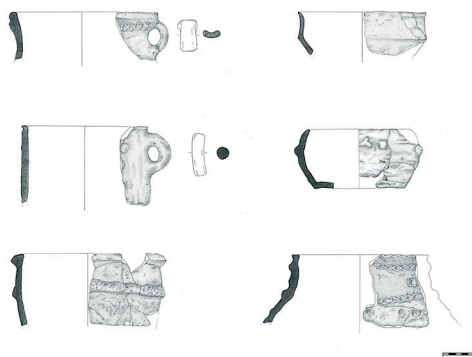


Figura 15 – Vasos lisos e decorados do 2º milénio AC de Castelo Velho (Varela, 2000).

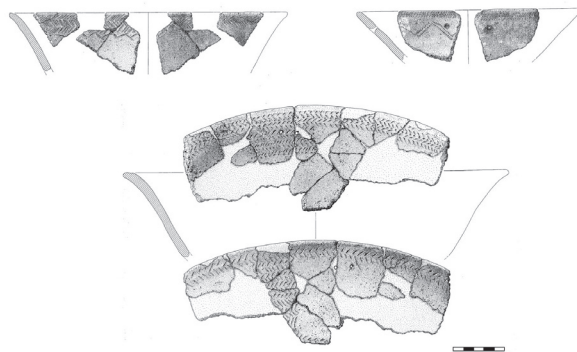


Figura 16 – Vasos com decorações Cogeces do 2º milénio AC de Castelo Velho (Pereira, 1999).

Ao contrário da maioria das materialidades do 2º milénio AC, os fragmentos de vasos Cogeces (resultantes de fragmentações realizadas no local), distribuem-se por concentrações, tanto no interior, como no exterior do recinto, sobretudo na plataforma intermédia. A percentagem da cerâmica decorada ronda os 20%, distanciando-se largamente dos quase 50% reconhecidos na amostragem cerâmica do 3º milénio AC. A principal novidade reside, de facto, na expressiva ocorrência de vasos Cogeces, a qual não conecta apenas Castelo Velho com a Meseta, mas indicia, pela primeira vez, a integração das comunidades que frequentaram o lugar numa rede de relações que ultrapassa largamente a escala local e regional.

A nível local Castelo Velho continua rodeado por um bosque de tipo mediterrânico, ainda que manifestando progressiva alteração (Figueiral, 1998, 1999; Figueiral & Jorge, 2008): surge em grande quantidade o medronheiro, associado a giestas, e outras plantas comestíveis. A variação verificada tanto pode dever-se à degradação do bosque envolvente, e à correlativa emergência de espécies como o medronheiro e a urze, como, também, a uma selecção/manipulação de espécies operada no interior do lugar, mercê de novas actividades ali produzidas.

Em que lugar se transformou Castelo Velho de Freixo de Numão durante o 2º milénio AC? Dada a localização, planta do edifício, dimensões e a existência de algumas materialidades, nomeadamente o notável acervo de vasos Cogeces (Pereira, 1999), podemos afirmar que Castelo Velho continuou a

desempenhar um papel excepcional no território envolvente. E fê-lo, reutilizando o espaço definido pelo monumento do 3º milénio AC. Mas, para além desta interpretação global, o lugar é opaco sobre as acções precisas que terá albergado/propiciado até ao 3º quartel do 2º milénio AC, momento que foi deliberadamente encerrado através da deposição generalizada de um potente dispositivo constituído por pedra e terra. O encobrimento, em si mesmo, também não esclarece a dimensão social de tal acção: ele tanto pode reflectir uma ruptura de ocupação local e/ou regional, como, tão só, uma reordenação de povoamento, e, nesse sentido, uma reorganização espacial de determinados lugares socialmente congregadores.

4. CONCLUINDO

Dum monumento no 3º milénio AC, em que acções cerimoniais particulares tinham expressão no plano arquitectónico de pormenor e em contextos intencionais de deposição, passamos a um lugar no 2º milénio AC, certamente excepcional, mas em que a natureza das acções nele desenvolvidas não encontrou tradução performativa linear nas arquitecturas e nos contextos que chegaram até nós. Aparentemente, a continuidade de uso do lugar ao longo de centenas de anos, parece esconder duas formas de representação do mundo, e, quiçá, de construção do laço social. Torna-se, assim, premente, suspender transitoriamente qualquer olhar sobre o lugar de Castelo Velho de Freixo de Numão, e revisitar, à luz do que foi publicado nos últimos trinta anos, a Pré-História Recente do Norte de Portugal (particularmente o 3º e o 2º milénios AC).¹ E, com esse breve exercício, reanalizando dados e recuperando

¹ Uma primeira abordagem a esta problemática foi objecto de publicação recente (Lopes & Bettencourt, 2017). Encontra-se programada para 2018 a realização, em Portugal, de alguns eventos destinados a debater a natureza da viragem cultural operada, a diversas escalas de análise, entre o 3º e o 2º milénios AC., em várias regiões peninsulares. A compreensão da singularidade funcional do recinto de Castelo Velho só poderá ocorrer através da execução de projectos que visem construir as paisagens sociais de ampla escala que deram origem às específicas ambivalências identitárias do lugar. Tais projectos exigem tempo, meios muito diversificados, equipas institucionalmente enquadradas, e um absoluto imperativo de partilha de informação. Premissas que têm sido repetidamente consideradas indispensáveis para o entendimento deste lugar icónico, cuja primeira intervenção, cientificamente conduzida por uma equipa constituída por professores e estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, fará 30 anos em 2019.

distância interpretativa, obter sentidos plausíveis que fundamentem explicações para uma possível reconfiguração funcional/simbólica do recinto de Castelo Velho entre finais do 3º milénio/ inícios do 2º milénio AC e o seu abandono no 3º quartel do 2º milénio AC.

Porto, 2017/ 2018

Agradecimento

Agradeço a Sérgio Gomes a sua imensa disponibilidade na ajuda que me prestou na concretização de inúmeros passos práticos na edição on-line do presente texto. Tal colaboração assenta numa antiga e persistente amizade mútua, que desejo aqui relevar, enquanto pilar que tem animado e potenciado a realização de muitos projectos comuns.

Bibliografia

Antunes, M., T. & Cunha, A.S. 1998. Restos humanos do Calcolítico-Idade do Bronze de Castelo Velho, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa- nota preliminar, *Côavisão*, 0, 35-42.

Alves-Ferreira, Joana, neste volume, Vozes de silêncio. Silêncio das pedras. O que resta de Castelo Velho? Topografias de poeira intraduzíveis, in *Olhares Sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: Revisitar Um Recinto Pré-histórico do Alto Douro Português*. DigitAR Monografias. Coimbra.

Baptista, Lúcia 2003. *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão. Contributos para a interpretação de contextos de uso*. FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Bottaini *et al* neste volume. Os metais do Recinto Pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro da Primeira Metalurgia das Península Ibérica, in *Olhares Sobre Castelo Velho de Freixo de Numão: Revisitar Um Recinto Pré-histórico do Alto Douro Português*. DigitAR Monografias. Coimbra.

Figueiral, Isabel 1998. Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). Os restos vegetais carbonizados, *Côavisão*, 0, 43-48.

Figueiral, Isabel 1999. Castelo Velho (Freixo de Numão, Portugal), the charcoalified plant remains and their significance, *Journal of Iberian Archaeology*, 1, 259-267.

Figueiral, I. & Jorge, S.O. 2008. Man-made landscapes from the third-second millennia B.C.: the example of Castelo Velho (Freixo de Numão, North-East Portugal), *Oxford Journal of Archaeology*, 27(2), 119-133.

Gomes, Sérgio 2003. *Contributos para o estudo dos “pesos de tear” de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Exercícios de interpretação do registo arqueológico*. FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Jorge, Susana O. 1993. O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal, Iº Congresso de Arqueologia Peninsular, *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia*, XXXIII, fasc 1-2, 179-221.

Jorge, Susana O. 1994. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, *Revista da Faculdade de Letras*, XI, IIª série, Porto, 447-546.

Jorge, Susana O. 1998. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia duma interpretação, *Estudos Pré-Históricos*, VI, 279-293.

Jorge, Susana O. 2002a. Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Breve notícia, *Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património*, 1, 1ª série, FLUP, 7-50.

Jorge, Susana O. 2002b. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal, *Património/Estudos*, 3, IPPAR, 145-164

Jorge, Susana O. 2003a (coord.). *Recintos murados da Pré-História Recente. Técnicas construtivas e organização do espaço. Conservação, restauro e valorização patrimonial de arquitecturas pré-históricas*, DCTP/FLUP & CEAUCP, Porto/Coimbra.

Jorge, Susana O. 2003b. Pensar o espaço da Pré-História Recente: a propósito dos recintos murados da Península Ibérica, in Jorge, S.O. 2003 (coord.), *Recintos murados da Pré-História Recente*, DCTP/FLUP & CEAUCP, 13-50.

Jorge, Susana O. 2003c. Da cenografia pré-histórica à cenografia patrimonial: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Revista Arqueologia e História*, 55, 167-175.

Jorge, Susana O. 2005. *O Passado é redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Ed. Afrontamento, Porto.

Jorge, Susana O. 2014. Enclosures and funerary practices: about an archaeology in search for the symbolic dimension of social relations, in Valera, António C. (ed.), *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*, BAR, International Series, 2676, 71-82.

Jorge, S.O. & Rubinos, A. 2002. Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas, *Côavisão*, 4, 95-111.

Jorge, S.O., Oliveira, M.L., Nunes, S.A., Gomes, S. 1998-1999. Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Portugália*, Nova Série, XIX-XX, 29-70.

Jorge, S.O., Baptista, L., Gomes, S., Oliveira, M.L., Varela, J.M., Velho, G.L. 2007. A construção dum sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão, in Jorge, S.O., Bettencourt, A.M.S., Figueiral, I. 2007 (eds), *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, IVº Congresso de Arqueologia Peninsular, *Promontoria Monográfica*, 08, 77-85.

Lopes, S. S. & Bettencourt, A.M.S. 2017. Para uma periodização da Pré-História Recente do Norte de Portugal: da segunda metade do 4º milénio aos finais do 3º milénio AC, in Arnaud, J.M. & Martins, A. 2017 (coord. ed.), *Arqueologia em Portugal/2017- Estado da Questão*, AAP, Lisboa, 469-489.

McFayden, Lesley K. 2016. Actions in time: after the breakage of pottery and before the construction of walls at the site of Castelo Velho de Freixo de Numão, *Estudos do Quaternário*, 15, 71-90.

Oliveira, Maria de Lurdes C. 2003. *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa)*, FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Pereira, Leonor 1999. *As cerâmicas “Cogeces” de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Seu enquadramento peninsular*, FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Varela, José M. 2000. *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Tradição e inovação na transição do IIIº para o IIº milénio AC*, FLUP, Porto (dissertação de mestrado policopiada).

Velho, Gonçalo, C.L. 2009. *Castelo Velho, a natureza e o tempo: questões relativas à re-construção de um lugar*, FLUP, Porto (dissertação de doutoramento policopiada).